

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 01/02
DE 03/01/2002**

ACTA Nº. 01/2002

Data da reunião ordinária: 03/01/2002

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 16,25 horas

Términus da reunião: 19,00 horas

Resumo diário da Tesouraria: 02/01/2002 676.586,06 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Engº. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Drª. Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Engº. António Freire de Oliveira

Prof. Doutor Engenheiro Luís Manuel Fé de Pinho

Engª. Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Drª. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

284

Fls.

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **dezasseis horas e vinte e cinco minutos**. -----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) DIVERSOS** -----

--- Foi presente uma carta de **Neves Gomes – Advogados**, dando conhecimento da sentença do Tribunal do Círculo de Coimbra, sobre o recurso interposto pela AGROPERNES – Sociedade Agro-pecuária de Pernes, Limitada, do seguinte teor: -----

--- *“Somos a informar que a sentença do Tribunal do Círculo de Coimbra negou provimento do recurso interposto pela AGROPERNES – Sociedade Agro-pecuária de Pernes, Limitada.* -----

--- A decisão proferida pelo juiz foi no sentido das conclusões por nós apresentadas nomeadamente a de que a obra não estava concluída quando foi proferido o embargo, de que a razão deste foi a realização de obras não licenciadas e de que a referida decisão foi notificada e acompanhada dos pareceres que a determinaram. -----

--- *Foi ainda o recorrente condenado ao pagamento da taxa de justiça e setenta por cento da procuradoria, pelo que os recorridos não estão obrigados a qualquer pagamento.”* -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha**, emitiu uma **declaração de voto**, onde se congratula pela solução encontrada pelo Tribunal, nesta caso a justiça foi justa e relativamente oportuna, elemento essencial para que justa seja. -----

--- Este processo que acompanhou como responsável, eleito, e como testemunha, que tantos prejuízos ambientais e danos à saúde causou às populações de Pernes, chegou ao fim. -----

--- Que essas populações sejam compensadas com a solução final da fonte do problema.

--- **B) AVERBAMENTOS** -----

--- De **CONSTRUÇÕES, LITRO TILA E COELHO, LIMITADA**, com sede no

lugar de Lapa Furada, Município de Batalha, para proceder ao averbamento do processo de loteamento, actualmente em nome de António José Ribeiro da Cruz e Outro, em virtude de ter adquirido o respectivo terreno. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão em face dos documentos apresentados.-----

--- **C) INFORMACÕES PRÉVIAS**-----

--- De **DET – DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO, S.A.**, com sede na Rua Conde da Ribeira Grande, lote dois, Zona Industrial de Santarém, freguesia de Várzea, deste Município, apresentando estudo prévio de urbanização para o Campo Infante da Câmara (Antigo Campo da Feira). -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido o seguinte parecer: -----

--- “A *DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A.*, apresenta uma proposta de urbanização do Campo Infante da Câmara, traduzida num estudo prévio, na sequência do ofício da Câmara Municipal de vinte e dois de Junho do ano findo, no qual se dava conhecimento do teor da informação número cento e vinte e dois/GAJ/dois mil e um.-----

--- *De acordo com aquela informação, admitia-se a possibilidade de a Câmara vir a alienar uma parcela de terreno do Campo Infante da Câmara à DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A. para instalação de um Centro de Serviços, agora designado por FÓRUM EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO, desde que, previamente, fosse elaborado um plano de pormenor ou um projecto de loteamento acompanhado de uma alteração ao Plano Director Municipal, e desde que daí adviessem contrapartidas suficientemente compensadoras para a Câmara Municipal.* -----

--- A *DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A.*, ao apresentar a proposta de estudo prévio compromete-se a elaborar o projecto de loteamento e a executá-lo, na expectativa de poder vir a instalar na sua área de intervenção, o referido **FÓRUM EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO**.-----

--- No que diz respeito ao estudo prévio, sou de parecer que se trata de uma proposta bem elaborada, com uma linha de orientação bem definida, em que se assume a importância da Casa do Campino e da Praça de Touros no ordenamento daquele espaço, sem esquecer o enquadramento com toda a envolvente, designadamente com o loteamento do terreno contíguo e Avenida Afonso Henriques. -----

--- O estudo não esclarece, no entanto, quais os índices urbanísticos e a sua conformidade com a volumetria proposta não se adequa ao Plano Director Municipal, razão pela qual se deverá avançar com a alteração ao mesmo plano, já aprovada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal – ou decidir-se pela elaboração de um plano de pormenor. -----

--- Em conclusão, penso que o estudo prévio apresentado constitui mais uma peça importante no processo de viabilização da implantação do FÓRUM TECNOLÓGICO no Campo Infante da Câmara, constituindo, ainda, uma alternativa positiva ao estudo de ordenamento elaborado pelo senhor Arquitecto Carlos Guedes de Amorim, que merece ser objecto de reflexão, cabendo à Câmara Municipal decidir se se deve avançar na Urbanização daquele espaço, mediante um projecto de loteamento ou plano de pormenor e quem deve proceder à sua elaboração.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento.-----

--- **C) LOTEAMENTOS**-----

--- De **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**, com sede no Largo do Município, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita na Zona Industrial de Santarém, freguesia de Várzea, deste Município.-----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----

--- “Os elementos em apreço dizem respeito a uma operação de loteamento industrial, cujo promotor é a Exm.^a Câmara Municipal de Santarém, a levar a efeito em área classificada pelo Plano Municipal de ordenamento do Território, em vigor como

“*ESPAÇOS INDUSTRIAS*” (vocacionados para a implantação de industriais das classes D a B, conforme Quadro Anexo II do Instrumento de planeamento referido).----

--- **Um** – Conforme expresso na memória de adequabilidade e justificação com a filosofia de intervenção preconizada pelo Plano Director Municipal, a proposta em apreço adequa-se às disposições dos artigos cinquenta e seis a cinquenta e oito e sessenta do Regulamento do mesmo plano, não atingindo, no entanto o mínimo de lugares de estacionamento definidos nos artigos setenta e quatro/setenta e cinco exigíveis.-----

--- **COM EFEITO:**-----

--- **Lugares propostos:**-----

--- Estacionamentos ligeiros - cento e quarenta e cinco -----

--- Estacionamentos pesados – vinte cinco -----

--- **TOTAL: cento e setenta lugares.** -----

--- **Lugares exigíveis:**-----

--- Artigo setenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal – trinta e três

--- Artigo setenta e cinco do Regulamento do Plano Director Municipal – cento e sessenta e Novembro.-----

--- **Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro:** -----

--- Fábrica – cento e doze vezes trinta e três por cento é igual a trinta e sete vírgula zero sete (uso público); -----

--- Escritórios – cinquenta e cinco vezes sessenta e seis por cento é igual a trinta e seis (uso público). -----

--- **TOTAL FINAL: duzentos e setenta e cinco lugares**-----

--- Esta situação deverá ser corrigida quando da elaboração do projecto de arranjo dos espaços exteriores (espaços verdes; passeios; arruamentos; estacionamentos) em fase de projectos de especialidades a apresentar, da responsabilidade da equipa multidisciplinar proposta, complementada com a inclusão de um arquitecto paisagista

(Decreto Lei número duzentos e noventa e dois/noventa e cinco, de catorze de Novembro); -----

--- **Dois** – Dimensionamento de espaços verdes de utilização colectiva e equipamento de utilização colectiva:-----

--- Propostos: dez mil duzentos e noventa metros quadrados (de natureza privada)-----

--- Exigíveis:-----

		Espaços Verdes de Utilização Colectiva	Equipamento Utilização Colectiva
<i>Fábrica</i>	16 850 m ²	3 370,0 m ²	1 685,0 m ²
<i>Serviços</i>	1 100 m ²	275,0 m ²	275,0 m ²
	Total Parcial	3 645,0 m ²	1960,0 m ²
		TOTAL FINAL	5 605,0 m²

--- O espaço verde de utilização colectiva proposto, de natureza privada, encontra-se sobre-dimensionado, solução justificável, pelo facto de não se ter previsto área para implantação de equipamento de utilização colectiva (figura de compensação prevista no número quatro do artigo dezasseis do Decreto Lei quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro).-----

--- Importa referir que o local da intervenção se insere na área em estudo para a ampliação da Zona Industrial (Plano de Pormenor em execução), que à macro-escala irá definir o local para a implantação de espaços de utilização colectiva (espaços verdes e de equipamento) do domínio público municipal, conforme previsto no artigo cinquenta e oito do Conselho de Ministros número cento e onze/noventa e cinco de vinte e quatro de Outubro, alterado pela resolução do Conselho de Ministros número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte seis de Julho); -----

--- **Três** – Deverá ser equacionado pelos serviços técnicos do Departamento de Obras

Municipais, o impacte nas infra-estruturas existentes resultante da concretização da solução preconizada do nível da infra-estrutura necessária; -----

*--- **Quatro** – Os projectos das obras de construção dos edifícios industriais a edificar (procedimento de autorização administrativa) deverão conter elementos justificativos da conformidade com o Regulamento Geral do Ruído (Decreto Lei número duzentos e noventa e dois/dois mil, de catorze de Novembro) bem como ter em atenção o Decreto lei número duzentos e oitenta e dois/noventa e três, de dezassete de Agosto (contemplar licenciamento da actividade junto da entidade coordenadora), para além de conter sistemas de equipamento e combate a incêndios (a propor pelos Bombeiros Municipais de Santarém);-----*

*--- **Cinco** – No lote dois deverá garantir-se um afastamento de quinze metros ao contra-lancil projectado para a frente dos lotes (“arruamento previsto na área de expansão da Zona Industrial de Santarém”), respeitando aliás, o alinhamento já determinados no Lote um, devendo apresentar-se nova planta de síntese com a correcção proposta para além de complementar o designado” -----*

*--- ESPAÇO VERDE DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA “com a indicação da sua condição de **natureza privada**.-----*

--- Tendo em consideração os aspectos de ordem regulamentar referidos (condicionantes) a proposta poderá vir a reunir condições de aprovação (acção isenta de licença).” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente estudo, de acordo com as condições técnicas atrás transcritas. -----

*--- O senhor **Vereador Vicente Batalha**, não participou na votação por não ter disposto de elementos atempadamente, para análise e estudo, pelo que, conforme tem sido seu procedimento, se recusa a participar na discussão e votação de tais assuntos. -----*

*--- Foi presente uma informação do **Departamento de Obras Municipais**, sobre a compensação dos valores dos trabalhos efectuados na Urbanização do Casal do Pombo em alternativa ao pagamento da taxa do alvará para a Urbanização de Esteves &*

Bragança, Limitada, com o seguinte teor: -----

--- *“Relativamente ao ofício do loteador informamos que o valor dos trabalhos calculado na nossa informação de dezasseis milhões centos e trinta e dois mil setecentos e sessenta e seis escudos, não inclui IVA, tal como os trabalhos que são quantificados nas obras municipais.”*-----

--- Deliberado, por unanimidade, considerar de aplicar a taxa do IVA em alternativa ao pagamento da taxa referente à emissão do alvará para o loteamento da Urbanização Esteves & Bragança, Limitada. -----

--- Foi presente uma informação da **Chefe de Divisão Administrativa de Apoio ao Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, sobre o pagamento das taxas, referentes à emissão do alvará de loteamento de uma propriedade sita no Campo Emílio Infante da Câmara, freguesia de Marvila, nesta Cidade, em nome de Herdeiros de José da Silva Martins Telhadas, do seguinte teor:-----

--- *“Conforme deliberação da Câmara de vinte um de Novembro findo, o prazo para pagamento das taxas relativas à emissão do alvará de loteamento para a Urbanização da Quinta de São Roque, terminava em trinta e um de Dezembro.*-----

--- *Assim, só a Excelentíssima Câmara poderá decidir da aceitação do pedido da requerente, para efectuar o pagamento no presente ano.”*-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, aceitar o pedido da requerente, dando um prazo de dez dias úteis, para a liquidação das taxas referentes à emissão do respectivo alvará, sob pena de caducidade da deliberação de vinte oito de Dezembro do ano findo. -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha**, fez a seguinte declaração de voto: -----

--- *“Como sempre votei contra, desde o início do processo, e nas suas diversas fases, por coerência e pelas mesmas razões, vou confirmar o voto contra da Coligação Democrática Unitária.”*-----

--- De **TRANSPORTADORA DO TEJO À VISTA, LIMITADA**, com sede na Avenida Bernardo Santareno, número vinte e dois – segundo direito, nesta Cidade,

solicitando cancelamento do embargo respeitante ao processo de loteamento, sito no lugar de Casais do Quintão, freguesia de Várzea, deste Município. -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que o cancelamento do embargo só poderá ocorrer após aprovação dos projectos de infra-estruturas e pagar as taxas devidas com vista à emissão do alvará. -----

--- Também pela **Chefe de Divisão Administrativa de Apoio ao Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que os projectos de infra-estruturas já deram entrada, encontrando-se em fase de apreciação. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a petição, desde que exista informação técnica, nesse sentido. -----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

--- HONORÁRIOS – DR. NEVES GOMES – A Câmara tomou conhecimento do despacho de concordância do senhor Presidente, relativamente à regularização do pagamento dos honorários ao Dr. Fernando Neves Gomes, no âmbito do processo que envolveu a Câmara e a AgroPernes – Sociedade Agro-pecuária de Pernes, Limitada. ----

--- Nesta altura, ausentou-se, temporariamente, da sala o senhor **Vereador Fé de Pinho**, não participando na apreciação e votação dos assuntos seguintes. -----

--- PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE EXPANSÃO DA RUA “O” – Pelos Directores do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano e do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente foi presente a informação número dois, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Da análise do Plano de Pormenor da área de expansão da Rua “O”, conclui-se que o mesmo dá satisfação aos quesitos anteriormente formulados e é acompanhado dos elementos indispensáveis à constituição do plano. -----

--- No que respeita, em concreto, à essência do plano, compete-nos emitir o parecer que se segue. -----

--- **UM – Rede Viária** -----

--- A solução apresentada parece-nos bem estruturada, fixando perfis consoante o tipo

de vias, carecendo, no entanto, do parecer da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA, relativamente às travessias sobre a conduta, e do parecer do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária. -----

--- **DOIS – Desenho Urbano** -----

--- No que respeita ao desenho urbano, parece-nos bem elaborado, definindo-se a implantação e alinhamento dos edifícios de modo criterioso e pautando-se por uma volumetria equilibrada, e no qual houve a preocupação de manter a situação fundiária, bem como as condicionantes das servidões da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA, da Rua “O” e da Reserva Ecológica Nacional. -----

--- Parece-nos, todavia, que a área identificada como equipamento comercial deveria ter outra classificação, designadamente área comercial ou área de comércio e serviços, e, por outro lado, a área de equipamento social deveria ficar identificada por “equipamento” apenas, para não impedir outro tipo de utilização.-----

--- Entendemos, ainda, que a área de equipamento, bem como as áreas verdes de enquadramento e as áreas verdes de utilização colectiva deveriam ser dimensionadas e justificadas, tendo em atenção a Portaria número mil cento e trinta e seis/dois mil e um, de vinte e cinco de Setembro.-----

--- **TRÊS – Regulamento**-----

--- O regulamento apresenta algumas omissões, designadamente no que respeita a definições, usos das edificações, características das construções, como, por exemplo, os materiais e as cores, a altura das fachadas e altura das construções, regras urbanísticas referentes a operações de loteamento e acções de perequação com vista à execução do plano.-----

--- Deveriam, igualmente, definir-se as exigências de estacionamento para usos não habitacionais e esclarecer-se qual a utilização admissível dos pisos em cave e, eventualmente, em sótãos; -----

--- **QUATRO – Regulamento do Ruído e Acessibilidades**-----

--- Não se fazendo referência ao novo regulamento do ruído, Decreto-Lei número

duzentos e noventa e dois/dois mil, de catorze de Novembro, nem o Decreto-Lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio, sobre a mobilidade condicionada, entendemos que deveria ser dada a devida atenção a tais matérias, completando-se o estudo com os elementos necessários, designadamente relatório de medições de ruído. -----

--- Em conclusão, somos de parecer que deverão ser observadas as preocupações aqui expressas, chamando-se a atenção para a necessidade de o plano carecer de ratificação superior, uma vez que contempla uma alteração/rectificação do Plano Director Municipal.” -----

--- Após breve troca de impressões, a Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da informação atrás transcrita, devendo ser observadas as preocupações expressas na mesma. -----

--- **PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE À ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM** – Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, Engenheiro Fernando Trindade, **Arquiteta Assessora Principal**, Assunção Soares Lopes e **Chefe de Divisão de Gestão Urbanística**, Arquitecto Paulo Cabaço, foi presente a informação número um, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Após análise dos elementos apresentados, respeitantes ao plano de pormenor da zona envolvente à Escola Superior de Enfermagem, cumpre-nos emitir o parecer que se segue. -----

--- “Após análise dos elementos apresentados, respeitantes ao plano de pormenor da zona envolvente à Escola Superior de Enfermagem, cumpre-nos emitir o parecer que se segue. -----

--- Um - Definição e caracterização da área de intervenção -----

--- A caracterização da zona de intervenção resume-se à caracterização do edificado, pouco se diz a respeito da rede viária e transportes, bem como das necessidades de espaços verdes e equipamento e deixando omissos os aspectos fisiográficos. -----

--- Dois - Situação fundiária da área de intervenção e sua transformação -----

--- A divisão cadastral da propriedade não parece ter sido feita com o devido rigor, nem é apresentada qualquer proposta de alteração da situação fundiária mediante reparcelamento ou divisão em lotes. -----

- Três - Desenho urbano -----
- A rede viária apresenta um traçado demasiado esquemático e simplificado, deixando por esclarecer como é que se desenvolvem os arruamentos secundários e respectivos perfis, bem como a forma como se deve organizar o estacionamento e a circulação pedonal.-----
- O zonamento da área de intervenção parece-nos algo confuso, quer em termos de apresentação da planta, quer quanto à divisão dos espaços urbanos e urbanizáveis, não se justificando, a nosso ver, tantas classes de espaços, ficando por definir os espaços urbanizáveis programáveis.-----
- Por outro lado, o estudo é omissivo a respeito da modelação do terreno, bem como em relação ao alinhamento e implantação das construções, aspectos muito importantes que devem ser considerados nos planos de pormenor.-----
- Também, no que diz respeito às zonas verdes e equipamento de utilização colectiva, não foi dada a devida importância, uma vez que são escassas as áreas destinadas a esse fim, o que parece não ter sido objecto de qualquer dimensionamento.-----
- Quatro - Distribuição de funções e definição de parâmetros urbanísticos -----
- São fixados índices urbanísticos para as edificações em áreas urbanas e urbanizáveis, quando, a nosso ver, tais índices se deveriam aplicar, de modo geral, a operações de loteamento e, em particular, na ausência de projectos de loteamento às edificações, devendo definir-se, além do número máximo de pisos (sem referência a pisos recuados), a altura das fachadas e a altura total das construções, bem como a densidade populacional, não só para os espaços urbanizáveis mas, também para os espaços urbanos.
- Cinco - Indicadores relativos às cores e materiais a utilizar -----
- O plano é omissivo relativamente a esta matéria, situação que deverá ser revista, sob pena de as operações de loteamento carecerem de licenciamento municipal.-----
- Seis - Operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes

Relativamente a tais operações, o plano pouco refere, além da caracterização do edificado existente -----

--- Sete - Estruturação das acções de perequação compensatória-----

O plano é omissivo a este assunto, que é deveras importante na execução do plano. -----

--- Oito - Identificação do sistema de execução a utilizar na área de intervenção-----

Não nos parece que tenha sido devidamente tratado, desconhecendo-se qual o sistema de execução do plano.-----

--- Nove – Regulamento -----

O regulamento deveria ser melhor organizado e mais completo, designadamente no que diz respeito às definições, usos e características dos edifícios.-----

--- Dez - Conteúdo documental-----

--- Não é apresentada qualquer planta de implantação, mas sim uma planta de zonamento, que não pode substituir aquela.-----

--- Onze - Outras servidões ou restrições -----

--- O plano nada refere a respeito da lei do ruído, o qual condiciona bastante o zonamento da área de intervenção, e omite a zona de servidão do heliporto do Hospital Distrital de Santarém. -----

--- *Em conclusão, somos de parecer que os elementos apresentados são escassos, devendo completar-se em conformidade com a apreciação feita, e rever-se o trabalho feito no sentido de se colmatarem as deficiências apontadas.* -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer emitido pelos serviços e atrás transcrito. -----

--- **PREÇO DE VENDA DA OBRA “ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ” – SEGUNDA EDIÇÃO** – Pelo **Chefe de Secção de Compras** foi presente a informação número um, de dois de Janeiro de dois mil e dois, do seguinte teor: -----

--- “Por deliberação camarária de vinte e um de Novembro de dois mil e um, foi adjudicado à firma tipografia “A Persistente” de César Castelão & Filhos, a prestação de serviços de Onze volumes do Archivo Historico Portuguez/Anselmo Braamcamp Freire

(informação número cento e sessenta/dois mil e um – processo número cento e três-AJ/dois mil e um.-----

--- Em virtude de a obra ser única no seu género pela revelação de documentos essenciais para a investigação histórica, mereceu por parte da Câmara Municipal de Santarém e do investigador a sua reedição fac-similada. -----

--- Assim, e perante os custos de produção e considerando a sua alta raridade, solicita-se a V. Ex.^a se digne estipular o valor para a venda ao público, em duzentos e setenta e quatro euros e trinta e três cêntimos - cinquenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal de cinco por cento.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preço proposto pelos onze volumes, para os exemplares que não sejam objecto de divulgação graciosa junto das autarquias municipais, bibliotecas, universidades, escolas e diferentes instituições. -----

--- **LIVRO DE FÁTIMA REIS – “OS EXPOSTOS EM SANTARÉM. ACCÇÃO SOCIAL DA MISERICÓRDIA (MIL SEISCENTOS E NOVENTA E UM – MIL SETECENTOS E DEZ)”** – Pela **Coordenadora da Biblioteca Municipal de Santarém**, foi presente a informação número vinte e um, de vinte e oito de Dezembro findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do ofício das Edições Cosmos, datado de três de Abril de dois mil e um, no qual era estabelecido uma co-edição com a Câmara Municipal de Santarém para edição da obra “*Os expostos de Santarém. A acção social da Misericórdia (mil seiscentos e noventa e um – mil setecentos e dez)*” tese de mestrado da Professora Doutora Fátima Reis, cujo patrocínio é no valor de novecentos mil escudos traduzível na aquisição de quatrocentos e sessenta e nove exemplares. -----

--- “Na sequência do ofício das Edições Cosmos, datado de três de Abril de dois mil e um, no qual era estabelecido uma co-edição com a Câmara Municipal de Santarém para edição da obra “*Os expostos de Santarém. A acção social da Misericórdia (mil seiscentos e noventa e um – mil setecentos e dez)*” tese de mestrado da Professora Doutora Fátima Reis, cujo patrocínio é no valor de novecentos mil escudos traduzível na aquisição de quatrocentos e sessenta e nove exemplares. -----

--- Informo V. Ex.^a de que os referidos exemplares foram entregues na Biblioteca Municipal de Santarém no dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e um. Junto em anexo a respectiva factura.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir quatrocentos e sessenta e nove exemplares, pelo montante de novecentos mil escudos.-----

--- **EDIÇÃO DO LIVRO “SANTARÉM – CAPITAL DO GÓTICO”** – Pela senhora **Vereadora Graça Morgadinho** foi presente a informação número quinhentos e cinquenta e cinco, de catorze de Novembro do ano findo, do seguinte teor: -----

--- “A empresa Audiovisuais Ilidio Inácio, Limitada, através de contactos havidos, nomeadamente uma apresentação na Casa do Brasil, sugeriu que a Câmara Municipal de Santarém pudesse concordar com a edição do livro – “Santarém – Capital do Gótico”, com texto da autoria do Dr. Jorge Custódio.-----

--- Por se tratar de uma obra marcante e de muito interesse para a Cidade, a Câmara deverá ponderar o apoio à referida edição, sugerindo para essa concretização a aquisição por ajuste directo de dois mil exemplares, ao preço unitário de quatro mil e cem escudos, no valor de oito milhões e duzentos mil escudos, acrescido de IVA.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, recomendar a integração desta obra no próximo orçamento.-----

--- **REVISTA SOBRE RANCHOS FOLCLÓRICOS DO CONCELHO DE SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO** – Foi presente uma carta de Terra Branca – Comunicação Social, Limitada, comunicando que está a produzir para o jornal “O Mirante”, uma revista sobre a actividade dos ranchos folclóricos do Concelho de Santarém e solicitando apoio publicitário no montante de dois milhões e quinhentos mil escudos e a aquisição de mil revistas pelo valor de um milhão e quatrocentos mil escudos.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder apoio publicitário no montante de um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos e adquirir quinhentos exemplares da respectiva revista.-----

--- **FUNDOS PERMANENTES – RECONSTITUIÇÃO** – Pela **Divisão Financeira**, foi presente a informação número duzentos e cinquenta mil e um, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Primeiro - Nos termos do número um, do artigo trinta, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte e um de Setembro, deverão ser

ACTA Nº. 01/02
Reunião de 03 de Janeiro de 2002

reconstituídos os Fundos Permanentes sob a responsabilidade dos seguintes Dirigentes, com os respectivos valores.-----

--- Segundo - Os fundos permanentes deverão apenas onerar as rubricas para o qual são constituídos.-----

--- Terceiro - O quadro junto, reparte orgânica e economicamente o valor atribuído a cada responsável pelas diversas dotações, onde normalmente se justificam de inadiáveis as aquisições a efectuar, não podendo ser aplicado noutras rubricas. -----

--- Assim: -----

DEPARTAMENTO OU SERVIÇO	VALOR TOTAL	CLASSIF. ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	VALOR PARCIAL
Bombeiros Municipais Santarém	200.000\$00	01.03/03.05	Consumos secretaria	10.000\$00
		01.03/03.06	Bens não duradouros – Outros	70.000\$00
		01.03/04.01	Encargos com instalações	20.000\$00
		01.03/04.07	Pequenas reparações e conservações	50.000\$00
		01.03/04.09	Aquisição de serviços – Outros	30.000\$00
		01.03/09.06.03	Maquinaria e equipamento	20.000\$00
Projecto Municipal Santarém a Património Mundial	100.000\$00	01.03/03.05	Consumos secretaria	40.000\$00
		01.03/03.06	Bens não duradouros – Outros	50.000\$00
		01.03/09.06.04	Maquinaria e equipamento - Outros	10.000\$00
Divisão Financeira	200.000\$00	01.03/03.05	Consumos secretaria	20.000\$00
		01.03/03.06	Bens não duradouros – Outros	50.000\$00
		01.03/04.01	Encargos com instalações	10.000\$00
		01.03/04.03	Transportes e comunicações	20.000\$00
		01.03/04.09	Aquisição de serviços – Outros	60.000\$00
		01.03/09.06.04	Maquinaria e equipamento – Outros	10.000\$00
		05/04.03	Transportes e comunicações	30.000\$00
Departamento Gestão Urbanística e Ambiente	130.000\$00	03/03.05	Consumos de secretaria	60.000\$00
		03/03.06	Bens não duradouros – Outros	10.000\$00
		03/04.07	Pequenas reparações e conservações	50.000\$00
		03/04.09	Aquisição serviços – Outros	10.000\$00
Divisão Núcleos Históricos	100.000\$00	03/03.06	Bens não duradouros – Outros	30.000\$00
		03/03.05	Consumos secretaria	50.000\$00
		03/04.09	Aquisição de serviços - Outros	20.000\$00
Serviços Higiene e	200.000\$00	03/03.02	Combustíveis e lubrificantes	30.000\$00

Limpeza		03/03.05	Consumos de secretaria	10.000\$00
		03/03.06	Bens não duradouros – Outros	80.000\$00
		03/04.07	Pequenas reparações e conservações	40.000\$00
		03/04.09	Aquisição de serviços – Outros	20.000\$00
		03/09.06.01	Maquinaria e equipamento	20.000\$00
Departamento Obras Municipais	200.000\$00	04/03.05	Consumos secretaria	40.000\$00
		04/03.06	Bens não duradouros – Outros	50.000\$00
		04/04.07	Pequenas reparações e conservações	25.000\$00
		04/04.09	Aquisição serviços - Outros	50.000\$00
		04/09.06.02	Maquinaria e equipamento – Outros	25.000\$00
Departamento Assuntos Culturais e Sociais	200.000\$00	05/01.02.01	Deslocações e ajudas de custo	10.000\$00
		05/03.05	Consumos secretaria	50.000\$00
		05/03.06	Bens não duradouros – Outros	90.000\$00
		05/04.03	Transportes e comunicações	20.000\$00
		05/04.09	Aquisição serviços - Outros	30.000\$00

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com os valores propostos na informação atrás transcrita. -----

--- **ENCONTRO – JUNTAS DE FREGUESIA DE SALVADOR** – Pelo Chefe de Divisão de Cultura e Turismo, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número dois, de dois do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “A Junta de Freguesia de São Salvador, deste concelho, realizou o VI Intercâmbio de Freguesias de São Salvador/Salvador, no dia quinze de Setembro de dois mil e um, no Jardim da República, com a presença das seis representações que fazem parte dos municípios respectivos aderentes: Beja, Ílhavo, Odemira, Santarém, Serpa e Torres Novas. -----

--- Para esta iniciativa o Departamento de Assuntos Culturais e Sociais/Câmara Municipal de Santarém garantiu o apoio logístico acertado e solicitado previamente – palco, cadeiras, electricistas e pessoal de apoio, tendo sido também disponibilizado o Salão Nobre da Câmara Municipal de Santarém, como espaço de recepção aos convidados deste intercâmbio municipal.-----

--- Contudo, no seguimento da reunião havida entre a Junta e a senhora Vereadora da Cultura foi ainda previsto um apoio financeiro, de modo a viabilizar as despesas com a alimentação dos cerca de duzentos convidados, tal como tem acontecido nos anteriores Intercâmbios realizados nos outros municípios, pelo que, neste caso, o montante seria de quinhentos mil escudos.-----

--- Neste sentido coloco à consideração superior de V. Ex.^a a atribuição de um subsídio neste valor, destinado a minimizar as despesas respectivas.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de São Salvador, um subsídio no montante de quinhentos mil escudos (dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos).-----

--- **CASA DA EUROPA DO RIBATEJO – PEDIDO DE APOIO** – Pelo Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número um, de dois do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Tendo em atenção o pedido que se refere em epígrafe e que se anexa, bem como informação posteriormente recolhida tenho a informar o seguinte:-----

--- A Casa da Europa solicita dois apoios à Câmara Municipal de Santarém:-----

--- - A cedência de um espaço para a realização do “Infopoint”;-----

--- - Apoio financeiro para o desenvolvimento das suas actividades.-----

--- Quanto à primeira solicitação, apenas nos ocorre equacionar este pedido, no seio do reaproveitamento do edifício a ser desutilizado pela EDP - Distribuição Energia, S.A. no cruzamento das Ruas João Afonso/Miguel Bombarda.-----

--- Quanto à segunda, a verba solicitada é de um milhão de escudos.”-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** expressou a sua preocupação como já tem vindo a fazer, para que “as instalações do antigo Tribunal do Canto da Cruz sejam racionalmente aproveitadas, e não de forma casuística e a “conta gotas” como método, sem um planeamento prévio. Como as instalações ficam junto ao Teatro Sá da Bandeira, será quase um quarteirão para um centro cultural e para um complexo de estruturas de apoio ao serviço da cidade e do concelho.-----

- É uma oportunidade para não desperdiçar, que deixo como sugestão, uma vez mais.”
- A senhora **Vereadora Graça Morgadinho** referiu que a indicação que existe nos serviços respectivos é no sentido de serem privilegiados Grupos de Teatro face à proximidade com o Teatro, pretendendo-se que aquele espaço seja essencialmente destinado à cultura. -----
- Em seu entender, a sua cedência para a realização do Infopoint só vem valorizar aquele espaço. -----
- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir os apoios solicitados, conforme informação atrás transcrita. -----
- **ATLÉTICO CLUBE DE PERNES – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um pedido de apoio, do Atlético Clube de Pernes, para fazer face às despesas realizadas com obras executadas nas Instalações Desportivas e de Apoio, no Campo do Livramento, em Pernes. -----
- O senhor **Vereador Vicente Batalha** referiu: “É um processo antigo, de que tenho conhecimento próximo, quer pela colectividade, quer pela Junta de Freguesia, que lamento não nos terem sido presentes. -----
- No entanto, sei do compromisso existente e assumido, desde a altura das obras, e da sua abertura ao serviço da população. Daí, entender que a disponibilidade para o pagamento urgente desse compromisso deve ser assumida, quantificando o montante.”
- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Clube o subsídio solicitado, no montante de um milhão seiscientos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco escudos.-----
- **REAL IRMANDADE DO SANTÍSSIMO MILAGRE – PEDIDO DE SUBSÍDIO**
– Na sequência de um pedido de apoio da Real Irmandade do Santíssimo Milagre, destinado a criar melhores condições para acolhimento dos peregrinos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à mesma um subsídio no montante de um milhão e oitenta e quatro mil escudos. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

-- **CAMPEONATO NACIONAL DE JUNIORES – FEMININOS** –
REAVALIACÃO DE DESPESAS – Na sequência do deliberado na reunião de dois de

Agosto último, pelo Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais** foi presente a informação número quinhentos e sessenta e oito, de vinte e um de Novembro de dois mil e um, do seguinte teor:-----

--- “Nos dias onze, doze e treze de Maio de dois mil e um, a cidade de Santarém foi palco da fase final do Campeonato de Juniores-Femininos, tendo a equipa de Santarém Basket Clube conquistado o título de Campeã Nacional.-----

--- A Câmara Municipal, conforme informação número duzentos e vinte e cinco/dois mil e um, de dois de Maio, apoiou este evento, tendo-se estimado inicialmente os custos com os alojamentos das equipas em duzentos e dez mil escudos, e os das refeições em trezentos e sessenta mil escudos calculando que estariam envolvidas sessenta pessoas. --

--- No entanto, em data posterior à referida informação, mais precisamente no dia dez de Maio, fomos confrontados com o aumento do número de elementos por equipa, assim como com a necessidade de instalar os Árbitros, o Dirigente do Conselho de Arbitragem, o Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Basquetebol e Presidentes das Associações de Lisboa, Porto e Aveiro, distritos das equipas finalistas, tornando-se um problema difícil de solucionar, visto que os alojamentos estavam esgotados porque coincidia com as Comemorações de Fátima e Expocaça, em Santarém.-----

--- Assim, o número total das comitivas aumentou para setenta e seis pessoas, o que implicou um acréscimo nos custos totais, registando-se os seguintes encargos:-----

--- Um - Refeições no Restaurante “O Bom Garfo” – quatrocentos e cinquenta e cinco mil escudos-----

--- Dois - Alojamento das quatro equipas no centro de alojamento da Estação Zootécnica Nacional – duzentos e vinte e sete mil e quinhentos escudos-----

--- Três - Alojamentos dos Árbitros e Comissário da Federação Portuguesa de Basquetebol no Hotel Alfageme – cinquenta e quatro mil e novecentos escudos -----

--- Quatro - Alojamento dos Presidentes das Associações das equipas finalistas – oitenta e oito mil escudos -----

--- Pelo que resultou um total de oitocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos escudos.-

--- Assim, coloco à consideração de V. Ex.^a o pagamento das despesas em apreço, tanto mais que já passou algum tempo sobre a sua realização /onze a treze de Maio), com o consequente prejuízo para as entidades a quem estes serviços foram adquiridos.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, regularizar a situação mediante o pagamento integral dos respectivos montantes. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **TOPONÍMIA – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO NOME DA ACTRIZ ALDA RODRIGUES A ARRUAMENTO** – Na sequência do deliberado na reunião de

vinte e oito de Novembro do ano findo, a propósito da proposta em epígrafe, apresentada pelo senhor Vereador Vicente Batalha, os Serviços de Fiscalização da Divisão dos Núcleos Históricos informaram o seguinte: -----

--- “Em cumprimento do Despacho de V. Ex.^a exarado na proposta de atribuição de topónimo do Exm.º senhor Vereador Vicente Batalha aprovado por deliberação de vinte e oito de Novembro de dois mil e um para que se aponte um arruamento disponível na cidade para o efeito, estes Serviços informam o seguinte: -----

--- Encontra-se disponível para receber um topónimo o troço de arruamento compreendido entre a Rotunda frente à Avenida Nossa Senhora de Fátima e a Avenida Bernardo Santareno. -----

--- A este assunto já nos referimos nas nossas informações números oitocentos e trinta e quatro, oitocentos e trinta e cinco e novecentos e trinta e três/dois mil e um.-----

--- Mais referimos ser mais correcto prolongar-se o arruamento desta última rotunda da Avenida Bernardo Santareno até à Rotunda da Feira Nova, conforme mencionado no

último parágrafo da nossa informação número novecentos e trinta e três/dois mil e um, ficando compreendido entre a Rotunda da Avenida Marquês de Pombal e a Rotunda da Feira Nova.” -----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Não tendo o troço da Estrada de São Domingos, compreendido entre a rotunda da Avenida Marquês de Pombal até à Rotunda da Feira Nova designação toponímica, parece-me oportuno propor a atribuição do nome da actriz Alda Rodrigues.” -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção: “Apoio a indicação dos Serviços para o local indicado passar a ter o nome da actriz scalabitana Alda Rodrigues, que é, por ironia do destino, perpendicular à Avenida Bernardo Santareno. -----

--- Escuso-me de sublinhar as razões, pois elas estão bem expressas na proposta que apresentei e consta na respectiva acta da reunião de vinte e oito de Novembro de dois mil e um.-----

--- Acrescento apenas uma sugestão: que a colocação da placa toponímica não seja um acto “clandestino” como a maior parte das vezes acontece, mas que, seja uma cerimónia pública de homenagem à gente, à família do Teatro. Santarém tem felizmente nomes grandes nessa área, Mário Viegas e Bernardo Santareno, por exemplo, e felizmente muitas pessoas dedicadas ao teatro, que mereçam e exigem apoio e estímulo. -----

--- Que, para além dos familiares de Alda Rodrigues, sejam convidados a estar presentes a sua família teatral, “A Cornucópia”, uma das mais importantes companhias portuguesas, cujo elenco encabeçava quando morreu, e do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos (STE) que integrava e de que era delegada sindical.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelos Serviços, atribuindo ao troço da Estrada de São Domingos, compreendido entre a rotunda da Avenida Marquês de Pombal até à Rotunda da Feira Nova o nome da actriz Alda Rodrigues.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ABITUREIRAS – PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em

epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de seis milhões de escudos, destinado à aquisição de um terreno com oitocentos e cinquenta metros quadrados, sendo cerca de duzentos e cinquenta metros quadrados de área construída.---

--- Neste local aquela Junta, pretende construir um edifício destinado ao posto médico, à criação de um núcleo museológico do Grupo de Folclore, bem como uma biblioteca. ----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à Junta de Freguesia de Abitureiras o apoio solicitado, no montante de seis milhões de escudos. -----

--- Nesta altura, ausentou-se, temporariamente, da sala o senhor **Vereador Vicente Batalha**, não participando na apreciação e votação dos assuntos seguintes:-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALCANEDE - UM – PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência

de um ofício da Junta em epígrafe, remetendo o mapa dos trabalhos executados na pavimentação de estradas e caminhos daquela freguesia e solicitando a transferência da respectiva verba, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – O auto anexo corresponde aos trabalhos realizados em obra, sendo dezanove milhões dois mil seiscentos e dezanove escudos de trabalhos a mais (vinte e três vírgula cinco por cento) e vinte milhões setecentos e setenta e quatro mil setecentos e setenta e cinco escudos de trabalhos contratuais e não previstos. -----

--- - Propõe-se a aprovação e transferência do valor de trinta e nove milhões setecentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e quatro escudos, acrescida de cinco por cento de IVA para a Junta de Freguesia de Alcanede, nos termos do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os respectivos trabalhos e transferir para a Junta de Freguesia de Alcanede, o montante de trinta e nove milhões setecentos e

setenta e sete mil trezentos e noventa e quatro escudos, acrescido de IVA, conforme proposto na informação atrás transcrita. -----

--- **DOIS – ESTRADAS DE VALE DE SOUPO/ESTRADA NACIONAL NÚMERO TREZENTOS E SESENTA E DOIS, PRADO/ESTRADA NACIONAL NÚMERO TREZENTOS E SESENTA E CINCO E PRADO/VALE DE SOUPO – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de

Alcanede, referido ter promovido, por administração directa, a realização de trabalhos de preparação dos pavimentos das estradas em epígrafe, cujo investimento orçou em dez milhões novecentos e noventa mil escudos e solicitando a transferência deste montante.-

--- O **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou:-----

--- “ – Confirma-se a realização dos trabalhos constantes no documento anexo, por administração directa da Junta de Freguesia.-----

--- - Todas as empreitadas previstas no Plano Geral de Intervenção na Rede Viária para Alcanede estão concluídas, pelo que este pedido se insere na dotação prevista.-----

--- - Propõe-se a transferência financeira de dez milhões novecentos e noventa mil escudos, ao abrigo do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia de Alcanede, o montante de dez milhões novecentos e noventa mil escudos.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO ARNEIRO DAS MILHARIÇAS - UM – ARRUAMENTOS – SEGUNDA FASE – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a transferência da verba destinada ao pagamento da empreitada de pavimentação de arruamento naquela freguesia, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – O pedido em apreço está a coberto da deliberação de treze de Setembro de dois mil e um que aprovou doze milhões cento e trinta mil escudos, baseado apenas na estimativa de custos. -----

--- - O valor global da adjudicação é de treze milhões duzentos e quarenta mil setecentos e quarenta e dois escudos, acrescido de cinco por cento de IVA.-----

--- - Torna-se necessário a aprovação deste valor, revogando a deliberação de treze de Setembro de dois mil e um.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, o montante de treze milhões duzentos e quarenta mil setecentos e quarenta e dois escudos, acrescido de IVA, revogando, por consequência, a deliberação camarária de treze de Setembro do ano findo.-----

--- **DOIS – ARRUAMENTOS – SEGUNDA FASE – TRABALHOS A MAIS – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta em epígrafe, referindo ter havido necessidade de executar pequenas alterações ao projecto inicial de pavimentação de arruamentos daquela Freguesia e solicitando a transferência da respectiva verba, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – O pedido em anexo, diz respeito a trabalhos a mais realizados na Travessa São Leonardo e Rua e Beco sem nome em Casais da Milhariça.-----

--- - Torna-se necessário a aprovação dos trabalhos no valor de dois milhões e oitocentos e doze mil escudos acrescido de IVA à taxa legal e consequente transferência para a Junta de Freguesia, de acordo com os termos do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e autorizar a transferência para a Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, do montante de dois milhões e oitocentos e doze mil escudos, acrescido de IVA.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE CASÉVEL - UM – RECUPERAÇÃO DO SALÃO CULTURAL DA PONTE NOVA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante

de três milhões quinhentos e cinquenta mil escudos, acrescido de IVA, destinado à recuperação do Salão Cultural da Ponte Nova. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder o subsídio solicitado, no montante de três milhões quinhentos e cinquenta mil escudos, acrescido de IVA. -----

--- Nesta altura, regressou à sala o senhor **Vereador Fé de Pinho**, tendo passado a tomar parte na apreciação e votação dos assuntos seguintes. -----

--- **DOIS** – **REDE VIÁRIA** – **RUA MAU DENTE/BEMPOSTA** – **TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia de Casével, solicitando a transferência de verba para pavimentação da Rua em epígrafe, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – A obra, cujo orçamento se anexa e que se enquadra nos valores actualmente praticados, é considerada pela Junta de Freguesia de fundamental. -----

--- - Confirma-se a urgência desta obra, dado o actual estado do seu pavimento estar bastante degradado. -----

--- - Tratando-se de uma empreitada a ser coordenada pela Junta de Freguesia de Casével, sugere-se a sua aprovação e consequente transferência de onze milhões sessenta e oito mil e duzentos escudos acrescido de cinco por cento de IVA, ao abrigo do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos e transferir para a Junta de Freguesia de Casével, o montante de onze milhões sessenta e oito mil e duzentos escudos, acrescido de IVA. -----

--- **TRÊS** - **PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA COMENDA** – **SEGUNDA FASE** – **TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia de Casével, remetendo orçamento para pavimentação de diversos arruamentos na Comenda, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – O orçamento presente diz respeito à zona dos arruamentos do “Centro Histórico” da Comenda e baseia-se no levantamento previamente efectuado pela Junta de Freguesia de Casével.-----

--- - Os preços são os actualmente praticados para este tipo de obras, pelo que se coloca à consideração de V. Ex.^a a sua aprovação e consequente transferência financeira de vinte e cinco milhões duzentos e oitenta mil setecentos e setenta e cinco escudos acrescido de cinco por cento de IVA, para aquela autarquia ao abrigo do protocolo de delegação de competências.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos e transferir o montante de vinte e cinco milhões duzentos e oitenta mil setecentos e setenta e cinco escudos, acrescido de IVA, para a Junta de Freguesia de Casével, conforme preconizado na informação atrás transcrita.-----

--- **QUATRO – ARRUAMENTOS – TERCEIRA FASE – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Casével, remetendo orçamento referente à pavimentação das Ruas das Várzeas, das Azinheiras e da Mesquita, no montante total de catorze milhões quinhentos e oitenta e nove mil e novecentos escudos, acrescido de IVA e solicitando a transferência, para o efeito, daquela verba.-----

--- O **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** prestou a seguinte informação:-----

--- “ – Estes arruamentos são confinantes com a Estrada Municipal número quinhentos e sessenta e sete (Póvoa/Vila Nova) que se encontra em execução, e que não foram incluídos na empreitada por razões técnicas.-----

--- - Sugere-se agora a sua realização pela Junta de Freguesia de Casével, cujo orçamento anexo se enquadra nos valores actualmente praticados.-----

--- - Propõe-se a sua aprovação e consequente transferência para a Junta de Freguesia de catorze milhões quinhentos e oitenta e nove mil e novecentos escudos acrescido de cinco por cento de IVA, nos termos do protocolo de delegação de competências.”-----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos e transferir para a Junta de Freguesia de Casével, o montante de catorze milhões quinhentos e oitenta e nove mil e novecentos escudos, acrescido de IVA.

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES - UM - SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO PAVILHÃO DESPORTIVO - INTEMPÉRIES DOIS MIL/DOIS MIL E UM - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando apoio financeiro e técnico para execução da obra em epígrafe, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, transferir o montante de quatro milhões e oitocentos mil escudos para a Junta de Freguesia de Pernes. -----

--- **DOIS - PONTE DO MOUCHÃO PARQUE - INTEMPÉRIES DOIS MIL/DOIS MIL E UM - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Pernes, solicitando a delegação de competências e respectivo apoio financeiro e técnico para execução da obra em epígrafe. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, deliberou, transferir o montante de nove milhões trezentos e um mil e quinhentos escudos para a Junta de Freguesia de Pernes. -----

--- **TRÊS - REDE VIÁRIA - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia de Pernes, solicitando a transferência de verba para pavimentação de uma Estrada importante para as povoações de Outeiro de Fora e Chã de Baixo, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – No Plano Geral de Intervenção na Rede Viária consta ainda uma verba, por utilizar, de dois milhões cento e noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco escudos para a rubrica “arruamentos” na freguesia de Pernes. -----

--- - Desta forma propõe-se a transferência financeira de um milhão seiscentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta escudos, conforme o pedido e nos termos do protocolo de delegação de competências.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia de Pernes o montante de um milhão seiscentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta escudos.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL – PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL NÚMERO MIL TREZENTOS E TRINTA E SETE – ESTRADA DO LOUCO – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Na sequência de um

ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a transferência de verba para pavimentação do Caminho Municipal número mil trezentos e trinta e sete – Estrada do Louco, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- - Esta obra consta no programa “INTEMPÉRIES” com uma dotação de quinze milhões de escudos.-----

--- - A obra encontra-se em execução e de acordo com a programação estabelecida. ----

--- - Conforme contrato de empreitada, propõe-se a transferência financeira de catorze milhões trezentos e oitenta e seis mil escudos, acrescido de cinco por cento de IVA, nos termos previstos no protocolo de delegação de competências.”-----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, transferir o montante de catorze milhões trezentos e oitenta e seis mil escudos, acrescido de IVA, para a Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO VALE DE SANTARÉM** – Na sequência da deliberação de dezanove de Julho último, e em virtude de se verificarem, nesta data, condições para implementar nova fase do Plano Integrado de Recuperação da Rede Viária Concelhia, foi de novo presente o pedido de subsídio extraordinário, da Junta de Freguesia em epígrafe, no valor de seis milhões de escudos.-----

--- A Câmara, em face da informação prestada pela Repartição de Contabilidade, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia do Vale de Santarém a

verba de seis milhões de escudos. -----

--- **ACORDO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES E AGROPERNES – SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DE PERNES, LIMITADA** – Pelo **Consultor Jurídico**, Dr. Luís Morgadinho, foi

presente a informação número um, de três do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Sobre o processo, acima identificado, tal como foi solicitado, cabe informar, sucintamente, o seguinte: -----

--- - Tem, já, alguns anos o contencioso que se gerou entre AgroPernes, Limitada e a Câmara Municipal, que se estendeu e desenrolou, sobretudo, perante o Tribunal Judicial de Santarém, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra e Inspecção-Geral da Administração do Território. -----

--- - O Acordo, ora, sujeito à nossa apreciação corresponde a um esforço das partes no sentido de porem termo aos conflitos que se prolongaram no tempo e emergentes de instalações destinadas à exploração de suinicultura, contribuindo, dessa forma, para a salvaguarda e defesa do Ambiente. -----

--- - Nesse Acordo, a prestação da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Pernes passa pela promoção e realização das diligências necessárias visando a desafecção da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) dos prédios ocupados com tais instalações e de modo a alterar-se “... *o perímetro urbano da freguesia de Pernes, em sede de revisão e/ou alteração do Plano Director Municipal*.”.

--- - Caso tal desafecção não venha a concretizar-se, convencionam e estipulam as partes uma cláusula indemnizatória.-----

--- - Em qualquer destes dois cenários, a prestação de “AgroPernes, Limitada” é a desactivação imediata das explorações.-----

--- - Traçadas e definidas com rigor, deste modo, as obrigações a cargo das Entidades intervenientes neste Acordo, **entendemos que nenhum obstáculo se levanta quanto à sua formalização.**” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar termos do acordo que fica anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- **CONTRATO PROMESSA DE PERMUTA E CELEBRAR ENTRE O CLUBE DE SANTARÉM E A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, RELATIVO AO TEATRO ROSA DAMASCENO** – Pelo **Consultor Jurídico**, Dr. Luís Morgadinho,

foi presente a informação número dois, de três do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, cabe informar, sucintamente, o seguinte:-----

--- - Nesta data – três de Janeiro de dois mil e dois – recebemos, por fax, minuta de contrato promessa de permuta, a firmar entre a Câmara Municipal de Santarém e o “Clube de Santarém”, tendo por objecto a promessa de permuta de um prédio urbano, propriedade do “Clube de Santarém” e um prédio rústico, com a área de quarenta mil metros quadrados, sito na Zona Industrial de Santarém, propriedade da Autarquia. -----

--- - Não conhecendo os antecedentes deste processo, viemos a apurar que no serviço de Notariado pende processo relativo ao caso e a que juntamos o aludido fax. -----

--- Consta dele que -----

--- - Em avaliação, de vinte e oito de Setembro próximo passado, atribui-se ao Teatro Rosa Damasceno o valor aproximado de cento e dez milhões de escudos.-----

--- - Depois, em reunião camarária, de dezoito de Outubro próximo passado, foi aprovada a referida permuta, pagando, ainda, a Câmara a quantia de vinte milhões de escudos.-----

--- - Assim visto, a minuta contempla essa permuta, ainda que, **a nosso ver, deve atribuir-se a cada prédio o valor respectivo nas cláusulas primeira e segunda.** -----

--- - Neste sentido, cremos que **ao prédio urbano deve dar-se o valor de cento e trinta milhões de escudos, enquanto ao prédio rústico deve atribuir-se o valor de cento e dez milhões de escudos, ficando, então, a constar, na cláusula quarta, que a Câmara tenha a pagar o valor de vinte milhões de escudos.**-----

--- - Além disso,-----

--- - Entendemos que **o condicionalismo previsto na cláusula quinta não foi objecto de apreciação por parte do Executivo Municipal**, exigindo-se, por isso, a sua aprovação nos termos propostos ou, mais adequadamente, nos termos que o **parecer do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano** vier a sugerir e recomendar, por se tratar de matéria que envolve a sua esfera de acção. -----

--- - **Instruído o processo com estes elementos, deve o processo voltar ao Gabinete de Assuntos Jurídicos para análise final e possível introdução e/ou alteração de clausulado.**” -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar termos do protocolo que fica anexo à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei, com excepção da cláusula quinta que, na sequência do parecer jurídico, deverá ser novamente objecto de apreciação pelo Executivo, após parecer do Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano. -----

--- **PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O FUNDO DE TURISMO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A REGIÃO DE TURISMO DO RIBATEJO – RECUPERAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFÍCIOS NO CENTRO HISTÓRICO** –

Pelo **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento** foi presente a informação número um, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “De acordo com o ofício remetido pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, o qual foi apreciado favoravelmente na Reunião de Câmara do passado dia trinta de Setembro de dois mil e um, este Instituto, no que concerne aos projectos consignados no protocolo em epígrafe, passa a reter cinquenta por cento da comparticipação a conceder até à conclusão de todas as acções previstas. -----

--- A referida percentagem era inicialmente de dez por cento pelo que, actualmente, os particulares, abrangidos pela acção dezassete, terão de suportar uma quantia acrescida até todos os projectos estarem concluídos, o que se prevê que aconteça até ao final de dois mil e três. -----

--- Pelo exposto, propõe-se que seja a Edilidade a suportar a diferença da comparticipação retida dos processos incluídos na acção dezassete, no montante de noventa e dois mil trezentos e setenta e nove euros e trinta e sete cêntimos, até à conclusão de todos os projectos.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, atrás transcrita.-----

--- **ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DE CORREIOS DA RIBEIRA DE SANTARÉM** – Foi presente um ofício do ICP – Instituto das Comunicações de Portugal do seguinte teor:-----

--- “De acordo com a alínea a) do número dois da Cláusula vigésima do Contrato de Concessão de Serviço Postal Universal, de sete de Setembro de dois mil, compete aos CTT – Correios de Portugal, SA, mediante parecer prévio favorável do ICP – Instituto das Comunicações de Portugal, a criação e encerramento de estabelecimentos postais. --

--- Neste contexto, em doze de Dezembro de dois mil e um, os CTT – Correios de Portugal, SA solicitaram a este Instituto parecer favorável sobre o encerramento da estação de correios Ribeira de Santarém.-----

--- Os CTT – Correios de Portugal, SA pretendem encerrar a referida estação de correios na Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém (Concelho e Distrito de Santarém), cujo actual horário de funcionamento é das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, e criar um posto de correios na Junta de Freguesia, mantendo todos os serviços já prestados e alargando o horário de funcionamento das nove horas às doze horas e trinta minutos e das catorze horas às dezassete horas e trinta minutos.-----

--- Segundo os CTT – Correios de Portugal, SA, a referida estação de correios tem registado, nos últimos três anos um volume de actividade médio diário de apenas quarenta e sete minutos, volume este que, atendendo à evolução dos indicadores demográficos da referida freguesia, irá muito provavelmente diminuir, já que se verificou na mesma, nos últimos dez anos, um decréscimo ao nível da população residente e dos

domicílios, respectivamente, de menos vinte e três vírgula nove por cento e menos oito vírgula nove por cento (dados do Censo dois mil e um).-----

--- Os CTT – Correios de Portugal, SA argumentam que o encerramento da mencionada estação de correios e a sua substituição pela criação do igualmente referido posto de correios visa “(...) aumentar a qualidade dos serviços postais prestados pelos CTT – Correios de Portugal, SA (...)” naquela freguesia e satisfazer as “(...) necessidades postais dos seus utentes ou utilizadores (...)”.-----

--- Para efeitos da elaboração do parecer o ICP – Instituto das Comunicações de Portugal sobre o encerramento da estação de correios na Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, solicitam-se os comentários tidos por convenientes, tendo em consideração os efeitos da proposta apresentada pelos CTT – Correios de Portugal, SA sobre as necessidades de comunicação da população e das actividades económicas e sociais...”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar parecer à Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém sobre este assunto.-----

--- **TRABALHOS A MAIS E NÃO PREVISTOS NO ESTALEIRO MUNICIPAL – REMODELAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES EXISTENTES** – Pelo

Departamento de Obras Municipais foi presente a informação número trezentos e oitenta e seis, de vinte e oito do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Encontrando-se em curso os trabalhos da empreitada acima referida, verificamos que várias acções não foram contempladas no processo de adjudicação da obra, justificando-se a realização das mesmas de modo a que as instalações possam dar resposta mais funcional.-----

--- Assim, propõe-se:-----

--- - Dotar a compartimentação dos gabinetes com rede de infra-estruturas informáticas para posterior ligação aos respectivos equipamentos; -----

--- - Remodelação das instalações eléctrica, telefónica e segurança;-----

--- - Execução de rede de esgotos da lavandaria e ligação no exterior ao colector existente; -----

--- - Substituição da base do pavimento na zona do refeitório e instalações sanitárias; --

--- - Lavatórios em bancada nas instalações sanitárias; -----

--- - Ampliação da zona de tectos falsos.-----

--- Para este conjunto de trabalhos estimamos o seu custo em quatro milhões e oitocentos mil escudos.” -----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: ----

--- “Estamos na presença de trabalhos cuja espécie não foi prevista no contrato, mas que se destinaram à realização da mesma empreitada e são estritamente necessários ao seu acabamento de modo a garantir o nível do serviço pretendido. -----

--- Estes provocam um acréscimo de mais vinte e três vírgula oito por cento, relativamente à adjudicação.-----

--- Ao abrigo do artigo vinte e seis do Decreto-Lei cinquenta e nove/noventa e nove vimos propor a aprovação dos mesmos.”-----

--- A Câmara, em face do parecer atrás transcrito, deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e não previstos, no montante global de quatro milhões e oitocentos mil escudos, acrescido de IVA, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional.-----

--- Nesta altura, regressou à sala o senhor **Vereador Vicente Batalha**, tendo passado a tomar parte da apreciação e votação dos assuntos seguintes:-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Ofício número duzentos e cinquenta e três, de vinte e oito do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que, na última sessão, foi aprovada a seguinte proposta:-----

--- - Caminho Municipal número mil trezentos e cinquenta e um – Portela das Padeiras/Quinta da Saúde – Beneficiação – Proposta de Repartição de Encargos-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número duzentos e cinquenta e dois, de vinte e oito do mês findo, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que, na última sessão, foi aprovada a proposta de atribuição de mérito excepcional a diversos funcionários. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do Presidente da **Junta de Freguesia de Pontével** apresentando cumprimentos de despedida e testemunhando o seu reconhecimento e apreço pelas atenções dispensadas.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Foi ainda dado conhecimento, mediante distribuição de fotocópia, dos seguintes assuntos:** -----

--- Ofício da **Junta de Freguesia de Alcanede** solicitando a atribuição de um subsídio no montante de um milhão seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos escudos para pagamento da obra de construção de paredão para suporte de terras que houve necessidade de construir para evitar o desmoronamento de uma habitação.-----

--- Na sequência deste ofício o **Departamento de Obras Municipais** prestou a seguinte informação:-----

--- “Os trabalhos aqui referidos resultaram da necessidade de assegurar a estabilidade de um talude marginal à Estrada Nacional número quinhentos e sessenta e seis – um no lugar de Viegas, que devido às condições atmosféricas do último inverno, provocaram o seu deslizamento colocando em perigo a estabilidade de uma construção próxima. -----

--- Dada a natureza da intervenção e falta de disponibilidade da acção ser assegurada por administração directa através das brigadas da Câmara Municipal de Santarém, prontificou-se a Junta de Freguesia de Alcanede a contactar uma empresa da zona com vista à execução dos necessários trabalhos. -----

--- Relativamente aos custos da intervenção, considera-se que os encargos aqui referidos no valor de um milhão seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos escudos são compatíveis com os praticados no mercado e vantajosos para a Autarquia.”-----

--- O **senhor Presidente** referiu que embora considere que este pedido é da sua competência, tendo emitido despacho no sentido do mesmo ser remetido à Repartição de Contabilidade, entendeu ser importante dar conhecimento à Câmara porque, caso não tivesse ocorrido esta intervenção, lesões mais graves aconteceriam no património privado, o que era lamentável. -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Junta de Freguesia de Abitureiras** solicitando a atribuição de um subsídio no montante de vinte e cinco milhões de escudos para pavimentação do Caminho Municipal número mil trezentos e trinta – Póvoa Três – Albergaria e Estrada não Classificada da Póvoa do Conde – Póvoa Três. -----

--- Na sequência deste ofício o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “A candidatura apresentada no âmbito das intempéries (Decreto-Lei número trinta e oito-C/dois mil e um) incluía as duas estradas referenciadas com uma verba estimada de dez milhões e quinze milhões de escudos, respectivamente. – O financiamento aprovado pela Administração Central não permitiu assegurar as obras em apreço. – Confirmando-se a necessidade de uma intervenção rápida, dado que a degradação dos pavimentos é bastante grande, propõe-se a atribuição de um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Abitureiras de vinte e cinco milhões de escudos.” -----

--- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, recomendar ao próximo Executivo a atribuição deste subsídio extraordinário.-----

----- **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----

----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas, de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e

nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia vinte e oito de Dezembro – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Pernes.-----

--- **TRÊS** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da União Desportiva de Santarém.

--- **QUATRO** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Casével. -----

--- **CINCO** – Visitou as obras em curso na cidade, tendo assistido à ligação da fonte cibernética ornamental construída na rotunda da Avenida Marquês de Pombal (rotunda número dois da Estrada de São Domingos – Estrada Nacional número trezentos e sessenta e cinco).-----

--- **SEIS** – Assistiu à colocação da estátua de São Domingos, na rotunda número um da mesma estrada (enfiamto com a Avenida de Nossa Senhora de Fátima). -----

--- **SETE** – Dia trinta de Dezembro – Reuniu-se com o Presidente Academia da História, a propósito da segunda edição do “Arquivo Historico Portuguez”, cujos direitos de autor foram legados à cidade por Anselmo Braamcamp Freire. -----

--- **OITO** – Dia trinta e um de Dezembro – Visitou a freguesia da Póvoa da Isenta.-----

--- **NOVE** – Dia um de Janeiro de dois mil e dois – Visitou as obras em curso no Mosteiro da Imaculada Conceição (“Irmãs Clarissas”) – Santarém, associando-se aos actos religiosos que decorreram nas instalações já reabilitadas.-----

--- **DEZ** – Dia dois de Janeiro – Acompanhou os trabalhos em curso no Complexo Aquático Municipal de Santarém. -----

--- **ONZE** – Reuniu-se com o Presidente da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- **DOZE** – Recebeu o Coordenador para Portugal, Magreb e Países de Língua Portuguesa do Fórum UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. -----

--- **TREZE** – Informou que as piscinas cobertas do complexo aquático municipal já se encontram concluídas, prevendo-se para a próxima semana o inicio do seu enchimento. -

--- **CATORZE** – A Câmara, sob sua proposta, aprovou, por unanimidade, em minuta os

termos da presente acta. -----
--- **QUINZE** – Dia três de Janeiro – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----
--- **DEZASSEIS** – Presidiu à inauguração da estátua de São Domingos, nesta cidade, numa cerimónia a que se associou o Bispo de Santarém. -----
--- **DEZASSETE** – Até à posse da nova Câmara, agendada para oito de janeiro de dois mil e dois, o actual Presidente, segundo informou, participará nas reuniões, nas visitas e nos actos de representatividade autárquica que a seguir se discriminam: -----
--- Dia três de Janeiro: -----
--- Um - Jantar de Final de Mandato com a Vereação da Câmara. -----
--- Dois - Apresentação da obra “Santarém Misteriosamente Festiva”, de Pedro Canavarro (texto) e Francisco de Almeida Dias (fotografia).-----
--- Dia quatro de Janeiro:-----
--- Três – Assinatura do acordo feito entre Agropernes – Sociedade Agro-pecuária de Pernes, Limitada, Câmara Municipal de Santarém e Junta de Freguesia de Pernes, de acordo com a deliberação do Executivo Municipal de três de Janeiro de dois mil e dois.
--- Quatro – Recepção às crianças do Colégio de Santa Margarida que, cumprindo a tradição, virão à Câmara cantar as janeiras. -----
--- Cinco - Reunião com o Presidente da Assembleia Municipal, a propósito da instalação dos novos eleitos da autarquia escalabitana. -----
--- Seis - Reunião com a Comissão de Festas’ dois mil e dois, dos Amiais de Baixo. -----
--- Dia cinco de Janeiro: -----
--- Sete - Cerimónia de outorga das medalhas de ouro da cidade a Bernardo Santareno (a título póstumo), Apolinário Vaz Portugal e Pedro Canavarro. -----
--- Dia seis de Janeiro:-----
--- Oito – Homenagem a Marquês de Sá da Bandeira, promovida pela Academia Militar.
--- Nove – Visita à freguesia da Azoia de Cima.-----
--- Dia sete de Janeiro:-----

- Dez – Reunião com o novo Presidente (eleito) da Câmara Municipal de Santarém, Engenheiro Rui Pedro de Sousa Barreiro. -----
- Onze - Recepção ao grupo de idosos do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Santarém que, como habitualmente, virão cantar as janeiras. -----
- Doze – Reunião com o Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial". -----
- Treze - Visita ao complexo aquático municipal, cujas piscinas cobertas já se encontram concluídas e as quais começarão, nesta data, a receber água para que possam entrar em funcionamento ao serviço de toda a população interessada. -----
- Catorze – Reunião com a Direcção do Clube de Santarém. -----
- Quinze – Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Casével. -----
- Dezasseis - Recepção ao senhor Secretário de Estado da Cultura, Doutor José Manuel Conde Rodrigues. -----
- Dezassete - Lançamento da obra monumental “Arquivo Historico Portuguez”, na sua segunda edição, com estudo crítico do Professor Doutor Veríssimo Serrão, e a que se associou Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura. -----
- Dezoito – Recepção a Sua Excelência o Ministro do Equipamento Social. -----
- Dezanove – Reunião com o Presidente das Junta de Freguesia de Pernes. -----
- Dia oito de Janeiro: -----
- Vinte – Entrega da medalha de ouro da cidade e respectivo diploma à Diocese de Santarém, na pessoa do seu Vigário Geral, conforme deliberação da Câmara de onze de Outubro de dois mil. -----
- Vinte e um – Cessação do seu mandato como Presidente da Câmara Municipal de Santarém. -----
- Vinte e dois - Posse como deputado da Assembleia Municipal de Santarém. -----
- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – Sublinhou o grande prazer e honra que teve em integrar a Câmara Municipal, bem como ter conhecido tantas pessoas interessantes quer a nível do Executivo, quer dos funcionários, e as grandes amizades

que foram estabelecidas. -----

--- Em sua opinião a autarquia deu um salto qualitativo e quantitativo e qualitativo bastante grande, quer em termos de novas respostas, número de equipamentos, na sequência do aumento de delegação de competências para as autarquias que se foi verificando ao longo dos últimos anos. -----

--- No âmbito da acção social foi na habilitação que se verificou um investimento, em termos de trabalho, mais significativo. Referiu ter sido uma situação bastante complicada, com meandros difíceis em termos de legislação, de contactos com outras autarquias e com os Serviços Centrais, todavia o caminho está aberto, estando agora nas mãos da empresa que ganhou o concurso começar a fazer a obra nas nove freguesias que estão contempladas. -----

--- No âmbito da formação profissional salientou a excelente colaboração com Escolas de Formação e Centro de Formação. -----

--- Sublinhou ainda a participação da Câmara na Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo. Referiu que o facto de ter visto nascer a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens também foi gratificante. -----

--- **SENHOR VEREADOR FÉ DE PINHO** – Agradeceu a colaboração de todos os que trabalham na Câmara. Agradeceu também a colaboração do Executivo e salientou a cordialidade das relações dos membros do Executivo e dos funcionários. -----

--- Agradeceu e sublinhou o trabalho da Comunicação Social. -----

--- Disse ter aprendido muito, nestes quatro anos, com quem se relacionou. -----

--- Desejou as maiores felicidades e êxitos para o próximo Executivo. -----

--- **SENHORA VEREADORA GRACA MORGADINHO** – Proferiu as seguintes palavras: -----

--- “O balanço do mandato deve ser o povo a fazê-lo, os munícipes de Santarém, que é o mais importante. -----

--- Pela minha parte julgo ter feito o melhor que sabia e que podia, nos pelouros que tinha e nas competências que me foram delegadas. -----

--- Certamente não fiz tudo o que devia mas fiz o meu trabalho com enorme prazer e sobretudo fi-lo com o coração. -----

--- Foi um prazer trabalhar com todos vós, neste Executivo, sobretudo com todos aqueles que em momentos difíceis que vivemos souberam pautar as suas intervenções e a sua maneira de estar no Executivo pelo respeito, e pelos valores da solidariedade, do humanismo, do respeito pelo próximo, que deve sempre pautar as relações entre os membros de um órgão autárquico, quando vivemos em democracia. -----

--- Sinto-me tomada pelas grandes decisões que tomámos e pelo trabalho que realizámos juntos, pelo apoio que sempre colheram as propostas que vos apresentei.-----

--- Agradeço o trabalho de todos os funcionários da Câmara que sempre me apoiaram no trabalho realizado.-----

--- Lembrando o Petit Prince, de St. Exupéry , referiu que “Deve existir uma outra noite onde caibamos todos inocentemente felizes a comer laranjas e a discutir problemas de aromas de flores.” -----

--- Agradeço a amizade de todos. -----

--- Estou hoje muito mais rica porque tenho mais amigos.” -----

--- Referiu ter algumas mágoas que se prendem com os processos relacionados com os Teatros Sá da Bandeira e Rosa Damasceno, Restaurante das Portas do Sol, Complexo Aquático Municipal, Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal, que gostaria de ter deixado completamente resolvidos e concluídos.-----

--- Gostaria de salientar aqui a amizade que hoje me une ao Presidente José Miguel Noras. -----

--- Lembrando novamente St. Exupéry, e dizer-lhe que ele é o meu Príncipe e eu sou a raposa que ele, pouco a pouco deixou aproximar-se dele para nos conhecermos melhor. Hoje estou mais feliz porque sei que ganhei um grande amigo e que ele sabe que isso é mútuo.-----

--- Nele admiro o político, o autarca de excepção, o homem de cultura, o orador que com o seu verbo fácil a todos arrebatou, e, sobretudo, o companheiro de jornada e o amigo

que aprendi a respeitar no trabalho do dia a dia.-----

--- Por tudo o que é e por tudo o que fez o senhor Presidente merecia dar continuidade àquilo que está a ser feito e ser ele a inaugurar obras importantes para as quais contribuiu na qualidade de Presidente da Câmara. -----

--- Não o fará nessa qualidade, mas, certamente, conferirá a esses momentos a grandeza da sua presença como Presidente da Assembleia Municipal de Santarém e como deputado.”-----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO** – Proferiu as seguintes palavras: --

--- “Chegados ao final do mandato deste Executivo (para mim o segundo) e, passados oito anos desta fase marcante da minha actividade política e profissional, é inevitável fazer balanços e invocações sobre a obra realizada, sobre as actividades desenvolvidas, sobre as muitas preocupações vividas em comum, sobre os novos conhecimentos e amizades que vieram enriquecer as nossas vidas ou sobre as opções e decisões tomadas sobre os mais diversos problemas de interesse municipal e o impacto que tiveram. -----

--- Deixando para mim próprio e para a minha consciência íntima a profundidade das análises, balanços, invocações e o respectivo saldo final, só quero dizer a este propósito, em termos de síntese, que as considero bem positivas, no sentido de que, na hora em que, naturalmente vejo chegado o final do meu mandato neste Executivo posso olhar para trás com a satisfação gratificante do dever cumprido e de consciência tranquila. ----

--- Como já disse saio muito enriquecido com os novos conhecimentos e amizades, desde os funcionários da Câmara e do Serviços Municipalizados, até à imensidão dos autarcas e munícipes das freguesias, representantes da Comunicação Social e, em especial, aos membros do Executivo. -----

--- Enalteceu as qualidades de todos os membros do Executivo, tendo, a concluir, salientado que o nome José Miguel Noras ficará para sempre ligado a grandes projectos e grandes sonhos que transformaram Santarém e o Concelho. -----

--- A todos muito obrigado pela amizade com que m distinguiram.” -----

--- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – Proferiu as seguintes palavras:

--- “Não sendo minha intenção fazer neste momento o balanço do mandato mil novecentos e noventa e sete/dois mil e um, quero, no entanto, deixar expressa a grande honra que tive no desempenho de funções de Vereador eleito pelo PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Igualmente quero registar a aprendizagem que tal cargo me permitiu.-----

--- Tentei corresponder com empenhamento, esforço e dedicação ao longo destes quatro anos de mandato.-----

--- Assim tentei: servir o concelho de Santarém; participar no desenvolvimento do nosso concelho; ajudar a ultrapassar barreiras e problemas; não obstruir as boas propostas; fazer propostas; atender a critérios de equidade e justiça; atender a critérios de transparência; dar dignidade ao mandato, ao Executivo Municipal e ao Concelho.-----

--- Enfim, como Vereador numa oposição construtiva, mas nunca esquecendo os munícipes que me elegeram, participei sempre nas discussões e votações com a consciência, do que melhor seria para o concelho de Santarém.-----

--- Quero, neste momento, cumprimentar e agradecer a todos os munícipes que tornaram possível este meu mandato, a todos os autarcas do concelho, a todos os funcionários da autarquia, à Comunicação Social por tudo quanto me foi possível realizar nestes quatro anos nas funções de Vereador do PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.-----

--- Por fim uma palavra de reconhecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém e a todos os senhores Vereadores pelo relacionamento desenvolvido ao longo do mandato.-----

--- Termino desejando a todos muita saúde e muitos êxitos pessoais. Para o concelho de Santarém um voto de desenvolvimento e que se afirme quer num contexto regional quer nacional.-----

--- Muito obrigado a todos.”-----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – Começou por referir que “Com a posse da senhora Arquitecta Assunção Soares Lopes, em Janeiro de mil

novecentos e noventa e sete, tornou-se efectivo o funcionamento estrutural da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida. Tendo estado sob a minha jurisdição de competências, por delegação do senhor Presidente, nos últimos dois anos, gostaria de fazer um balanço da sua actividade e uma apreciação breve das pessoas que trabalham na Divisão, na hora do cessar destas minhas funções. -----

--- No âmbito da Arquitectura Paisagista e do Serviço de Espaços Verdes, merece realce a reabilitação geral dos espaços verdes públicos de Santarém, potenciando a sua utilização, funcionalidade e qualidade visual, com evidentes melhorias na gestão e operacionalidade dos recursos do serviço, modernização de técnicas culturais e escolha criteriosa das espécies vegetais a plantar. -----

--- Foi dado um enorme impulso na construção de novas áreas verdes, quer por administração directa quer por empreitada, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- - Jardim do Miradouro de São Bento-----
- - Avenida Sá da Bandeira (faixas ajardinadas) -----
- - Espaço de jogo e recursos infantis na Rua Fruela I -----
- - Área na confluência da Avenida Madre Andaluz com a Rua Manuel Bernardo das Neves (junto à Rotunda do Forcado)-----
- - Zona envolvente aos tanques de aprendizagem de natação -----
- - Praceta Gonçalves Isabelinha-----
- - Área envolvente ao Busto de Alexandre Herculano-----
- - Rotunda de Vale de Estacas -----
- - Cruzamento da Estrada Nacional número três com a Estrada Municipal número quinhentos e oitenta e quatro – dois (Vale de Lobos)-----
- - Conduta da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA (primeira fase) -----
- - Jardim de São Domingos-----
- - Cooperativa de habitação “O Lar Scalabitano”, segunda fase (em conclusão)-----

--- Foi assegurada a elaboração e/ou acompanhamento de todos os projectos de arquitectura paisagista necessários às intervenções referidas e de muitas outras em

resposta a solicitações das Juntas de Freguesia e unidades de Ensino, alguns ainda por executar, como o espaço junto à Escola do Primeiro Ciclo dos Leões, o do Largo Glauco de Oliveira, em Alcanhões e de várias áreas em São Domingos. -----

--- Foi ainda feito o acompanhamento por parte da Arquitecta Paisagista da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida na elaboração do Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém, integrando a equipa técnica municipal constituída para o efeito. -----

--- Breve apreciação da Equipa Técnica/Administrativa: -----

--- - DORA FIDALGO - Executa sempre todas as tarefas administrativas inerentes ao funcionamento da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, com elevado empenhamento e rigor, sendo de realçar o interesse sistemático em melhorar os conhecimentos e a qualidade de trabalho. Assume a responsabilidade pela elaboração de trabalhos que ultrapassam o âmbito profissional da sua categoria. -----

--- - LUÍS FONTES (desenhador) – Executa, com eficiência notável, todos os trabalhos de desenho inerentes ao desenvolvimento dos projectos da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida. Excelente na colaboração e no bom desempenho de equipe, colabora com frequência na realização de tarefas que ultrapassam a exigência do seu cargo, mas que são importantes em situações que exigem uma resolução expedita. -----

--- - ASSUNÇÃO SOARES LOPES – Qualidades excepcionais já referidas e aprovadas por unanimidade pelo Executivo Camarário, na sua reunião de vinte e um de Novembro do ano transacto. -----

--- - LAURA GUERRA – Atribuição de Mérito Excepcional por deliberação camarária de treze de Dezembro do ano findo. -----

--- - CATARINA DURÃO – Revela grande rigor nos trabalhos executadas e elevado sentido de responsabilidade nos actos praticados, dotada de grande criatividade, e sempre oportuna nos sugestões apresentadas.-----

--- - CONCEIÇÃO GABOLEIRO – Embora na Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida há dezassete meses com contrato, é justo realçar também o rigor e o sentido de

responsabilidade em todas as tarefas que lhe têm sido entregues. -----
--- - No âmbito da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, o Município de Santarém passou a estar integrado no sistema Intermunicipal da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo em Abril de mil novecentos e noventa e oito. A adesão a este sistema facilitou o encaminhamento dos Resíduos Sólidos Urbanos para Aterros Sanitários, assim como a instalação de um ECOCENTRO e setenta e um ECOPONTOS por todas as freguesias, para deposição dos Resíduos Sólidos Urbanos valorizáveis, o que em termos ambientais constituiu um enorme salto qualitativo, e exigiu por parte do corpo técnico da Divisão e do Serviço de Higiene e Limpeza um considerável esforço de adaptação em face dos novos procedimentos a adoptar. -----
--- Atento ao facto de a Educação Ambiental ser um dos pilares de sustentabilidade deste sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, a Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida promoveu várias Campanhas de Educação ambiental, quer dirigidos à população em geral, quer populações alvo, de onde se destacam os seguintes:-----
--- * Populações em geral-----
--- - “Saco fechado, lixo asseado”-----
--- - “Guia prático da reciclagem”-----
--- - “Uma visita à Família Ecoponto”-----
--- - “Vários Spots de Rádio”-----
--- * População alvo-----
--- - “Cão asseado, dono civilizado”-----
--- - “Grande festa dos Cães”-----
--- - “Rua asseada convida à entrada”-----
--- * Programas nas Escolas-----
--- - “Preservação e protecção da floresta”-----
--- - “Reciclar é deixar viver a floresta”-----
--- - “Os combates do Capitão ambiente, a máquina do desleixo”-----
--- Ainda no âmbito da Educação Ambiental, foi novamente assinado em Protocolo com

a Escola Superior de Educação de Santarém que vai facilitar um intercâmbio muito interessante entre a comunidade escolar e a autarquia. -----

--- De sublinhar ainda a iniciativa pioneira na área de recuperação ambiental, levada a cabo no Verão de dois mil, ao serem encaminhadas para reciclagem mil e duzentas toneladas de resíduo pneu que se encontravam acumulados em terreno municipal e que através de processo inovador, foi transformado pela empresa recicladora em betume modificado para aplicação em pavimentos de rodovias.-----

--- Para garantir um adequado funcionamento do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, foi elaborado o Regulamento de Resíduos Sólidos e Higiene Pública do Município de Santarém que constitui um importante documento legal, estando a sua divulgação ao público em geral em fase de preparação.-----

--- Maria João Cardoso, Engenheira do ambiente, tem tido desde a sua admissão, em Setembro de mil novecentos e noventa e oito, um papel determinante no desenvolvimento das acções mencionadas, imprimindo-lhes uma criatividade e um dinamismo que merece ser realçado. Manifesta, igualmente, um elevado sentido e responsabilidade na condução das processos que lhe são confiados e profunda conhecedora de toda a matéria legal ligada às questões ambientais.” -----

--- Acrescentou que, ao longo deste mandato de quatro anos, desempenhou as funções sempre com o maior prazer. -----

--- Agradeceu ao senhor Presidente, o apoio que lhe foi dado, sobretudo nos últimos dois anos, porque este apoio e empenhamento foi extremamente importante para se avançar com os projectos.-----

--- Teceu alguns comentários a propósito das relações que estabeleceu com todos os elementos do Executivo, enaltecendo as suas qualidades. -----

--- Agradeceu a colaboração dos funcionários da Câmara e desejou a todos – Executivo, funcionários, Comunicação Social, munícipes – um dois mil e dois cheio de saúde e amor. -----

--- **SENHORA VEREADORA ROSA MARIA FELICIANO** – Proferiu a seguinte

intervenção:-----

--- “Gostaria de afirmar que a hora da despedida tem mais encanto, contudo saindo mais enriquecida no conhecimento e na experiência, levo também uma mágoa, não ter conseguido alterar o modo e a forma de viver Santarém. -----

--- Tenho de reconhecer, que na oposição não é fácil fazer passar mensagens, propostas e contribuições para um objectivo que deveria ser comum. Há uma certa tendência para o poder ser o único dono da verdade, por vezes, ou na maioria das vezes sem sequer dar por isso.-----

--- - Tenho a maior consideração pelas opiniões divergentes – quando sérias, críticas – quando construtivas, concordantes – quando honestas, mas sempre baseadas num conhecimento profundo para a sua emissão, serão puramente gratuitas. Quem gosta de se apresentar como credor do mundo, cobra principalmente aquilo que lhe não é devido, acha ter direito a tudo, sem dar nada em troca. -----

--- - Foi pena, em jeito de balanço, que não fosse possível alterar de modo significativo o Campo Infante da Câmara como espaço privilegiado da Cidade, a implementação dos Serviços de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, ter a força necessária para impor ao Poder Central um novo Centro de Saúde, projectar a Cidade como Cidade Cultural, aproveitar as inúmeras geminações como factor de intercâmbio de jovens e conhecimentos diversos, sempre enriquecedores no plano da inteligência. -----

--- - Tinha sido, até à alteração da atribuição dos pelouros pelo Presidente da Câmara, desenvolvido pelos Vereadores do PSD - Partido Social Democrata um trabalho em equipa sem preocupações de quem teria mais ou menor notoriedade na defesa intransigente dos valores e dos objectivos que nos levaram à candidatura à Câmara de Santarém. Quando foi alterada a situação da vereação, foi no meu entender quebrado o elo de ligação que permita uma oposição concreta e descomprometida com o poder estabelecido. Continuámos de qualquer forma a fazer o possível e acho que nesse plano, saímos tranquilos.-----

--- - Queria agradecer, no plano pessoal, toda a consideração que sempre me foi

manifestada, sem excepção, pelo senhor Presidente e meus colegas de Vereação.-----

--- - Levo nesse particular, mais encanto. -----

--- - Aos novos Eleitos queria deixar uma palavra de estímulo e de confiança, que consigam na diversidade a convergência e que projectem Santarém como Passado Presente no Futuro. -----

--- - Gostaria também de agradecer a todos os funcionários desta Câmara, sem excepção, toda a atenção e disponibilidade que sempre tiveram comigo.-----

--- - À Comunicação Social, também agradeço toda a vossa atenção.” -----

--- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – Proferiu a seguinte intervenção:

--- “Senhor Presidente e senhores Vereadores-----

--- Senhoras e senhores -----

--- Técnicos e funcionários da autarquia -----

--- Comunicação Social-----

--- O mandato desta Câmara Municipal está prestes a chegar ao fim, após quatro anos de trabalho e de intervenção. Esta é a nossa última reunião. -----

--- Coube-me a responsabilidade de ter sido aqui o Vereador representante da CDU - Coligação Democrática Unitária, eleito pelo voto dos munícipes, nas eleições de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete, como seu cabeça de lista à Câmara, onde, com pelouros e sem pelouros, tentei ser a voz, uma voz, ser intérprete, dos direitos, interesses, necessidades e aspirações da população do Concelho de Santarém. Com erros e omissões, com certeza, que reconheço com humildade, e de que me penitencio, tentei contribuir, para servir todos por igual, e intervir de forma coerente e solidária, dialogante, construtiva, para melhorar a sua qualidade de vida, democratizar e elevar o debate político, e dignificar o órgão executivo Câmara Municipal.-----

--- Foi das experiências mais enriquecedoras que vivi de corpo inteiro, (e não esqueço que vivi a guerra) apesar dos difíceis obstáculos do caminho, exteriores à minha vontade e à vontade da CDU - Coligação Democrática Unitária. -----

--- No momento da despedida, não esqueço os anteriores vereadores e amigos da mesma

coligação, muito especialmente Dr. Francisco Viegas, Dr. Manuel Tanora, Dr. Madeira Lopes e António Jaime Carvalho, cujas dedicação e acção e experiência, e acção muito ajudaram ao meu trabalho. Bem hajam pelo vosso exemplo, quer, dos que continuam connosco, quer, aos que partiram, mas que, embora, ficaram entre nós; como não esqueço, o meu bilhete de identidade, nascido e morador em Pernes, de cuja Junta de Freguesia foi grata distinção ter sido presidente, de mil novecentos e noventa a mil novecentos e noventa e sete, eleito pela CDU - Coligação Democrática Unitária, com uma equipa jovem e competente, de mudança, com a confiança e o apoio dos Pernenses, num projecto global e participado de desenvolvimento, que continuou, está vivo e em curso; -----

--- como não esqueço, a histórica tradição de Pernes ter um seu representante, Vereador, na Câmara Municipal de Santarém. Nessa linha, com natural emoção é meu dever lembrar os Vereadores, que conheci pessoalmente, com quem privei ao longo da minha vida, ilustres Pernenses e amigos, que protagonizam, antes e depois do “Vinte e Cinco de Abril” e da instauração do poder local democrático, o peso dessa honrosa e difícil tradição: Comendador António Ignácio da Silva Nobre, Dr. Miguel Coelho dos Reis, Arnaldo Gonçalves Santos, já falecidos, e Dr. Raúl Augusto Duarte Violante, felizmente actuante (um parêntesis, para referir o Dr. Rui Rosa Sá Nogueira, que não sendo Pernense, residiu conjunturalmente em Pernes). -----

--- Homenageio a memória de uns, e o seu exemplo de amor à terra (Freguesia, Concelho e Região). -----

--- Reconheço o trabalho de todos e a sua dedicação, independentemente de naturais divergências de pontos de vista e de orientações políticas, que livre e conscientemente assumi, assumo, e tenho presentes, mas nunca impediram, nem impedem, dialogantes e frutuosas relações, pela nossa terra, pelo povo de Pernes, que merece consideração e respeito, e exige escrever uma história cada vez mais feliz. -----

--- Porque, como diz o escritor Virgílio Ferreira, “O tempo torna luminoso o que era invisível”, seria injusto que a todos os nomes, não juntasse o da família e de outros

amigos, que me ajudaram a ser quem sou: -----

--- Meus saudosos pais, Aldora da Conceição Flor e Carlos Amado Batalha, os melhores pais do mundo, que me deram tudo e cuja falta tanto sinto, e os amigos e PERNENSES, já falecidos, que o Concelho deve distinguir e apontar como exemplo, nos seus vários domínios de actividade, Padres Adriano da Silva e José Nobre Infante, Joaquim Jorge Duarte, o conhecido “Diabo”/mil novecentos e noventa e um, ecologista pioneiro, Sabino Flor, meu tio, Maestro e um dos primeiros presos políticos do fascista estado novo, mil novecentos e noventa e quatro, Dr. Manuel Ferreira da Silva, médico distinto e autentica universidade aberta de Pernes, mil novecentos e noventa e sete, Manuel da Silva Vieira, operário, industrial, autodidacta, político, Presidente da Comissão Administrativa e autarca distinto, mil novecentos e noventa e nove;-----

--- Sem ignorar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes, que a dezoito de Abril de dois mil e dois comemora o seu vigésimo quinto aniversário, ao serviço humanitário das populações do concelho, e a empresa Rádio Pernes, que, no primeiro de Maio de dois mil e dois, comemora o seu vigésimo segundo aniversário, com uma larga faixa de serviço público prestado, ao serviço das populações e do Concelho de Santarém.

--- Por último, um olhar retrospectivo atento e reconhecido, ao Liceu Nacional de Sá da Bandeira, e à Escola Prática de Cavalaria, em cujas paredes aprendi e vivi conhecimentos e experiências, aventuras e descobertas. -----

--- Feito de tudo isto, até onde me leva a memória, por aqui passou um simples cidadão, pernense, scalabitano, um homem do concelho e da região, com raízes nestas terras e gentes e sonhos no país, na Europa, no mundo, de que sou molécula, partícula insignificante e tão relativa.-----

--- Com esta noção, que procuro seja lúcida e esteja sempre presente, confesso que vivi este mandato, servi, agi, intervim, coerente com a minha consciência e o meu percurso, social, cultural e político, e uma margem de liberdade e confiança, com que o colectivo da CDU - Coligação Democrática Unitária sempre me conferiu e distinguiu, e que na hora de prestar contas, reconheço e agradeço e vai continuar... com os dois Vereadores

da CDU - Coligação Democrática Unitária, pela primeira vez, Dr.^a Luísa Mesquita e José Marcelino. No íntimo, ao ajustar contas comigo mesmo, gostaria que os outros meus semelhantes, a população, os anónimos, pudessem concluir que estive à altura da tradição, da experiência, do desafio do futuro, da confiança que em mim foi depositada.

--- É cedo para esse juízo. -----

--- Parto desta bancada, tranquilo e bem com a minha consciência. -----

--- Quanto ao mandato, não vou fazer um balanço, irei deixar algumas notas nucleares, embora, para um balanço do mandato de mil novecentos e noventa e sete/dois mil e um, sem novidades, é certo, no meu discurso e na minha intervenção política. -----

--- Invoco uma citação de Séneca, que diz, melhor do que eu, do pecado original da gestão majoritária do PS - Partido Socialista, que em questões estratégicas e fundamentais contou com o apoio do PSD - Partido Social Democrata:-----

--- “Não há bom vento, quando se desconhece o porto.” -----

--- Foi isso que aconteceu, uma navegação à vista, atrás dos acontecimentos, pressionada pelos diversos interesses, sem uma linha de rumo estratégica e afirmativa, à procura de um qualquer porto que tarda distante, onde se acolher. -----

--- Por isso, foi como que uma gestão das oportunidades perdidas.-----

--- Não me vou atrelar à pressa e à própria da hora, em cima do apito final, ao “comboio do êxito”, mais imaginado que real. Porque não é essa a minha leitura política, porque me contradiria, ao inflectir as críticas, que ao longo do mandato fui fazendo, e eram objectivas, concretas, com base, fundamento e justificação.-----

--- No negativo deste mandato, três questões são incontornáveis e inquestionáveis:-----

--- - A candidatura de Santarém a Património da Humanidade, no ano da sua suspensão e reformulação, num processo mais do mesmo, infelizmente; num ano, em que a cidade de Guimarães e os vinhedos do Douro viram a sua classificação aceite e declarada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no Conselho de Helsínquia. -----

--- - A exclusão de Santarém das várias fases do Programa POLIS - Programa de

Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, e as expectativas criadas à sua volta. -----

--- - A requalificação do Campo Infante da Câmara, processo adiado, que corre o risco de se transformar num ludíbrio da opinião pública, pois sem um Plano de Pormenor, que integre as acessibilidades estruturantes, não se pode falar a sério nesta questão. -----

--- Foram derrotas políticas. -----

--- Outras haverá, e são uma mágoa não terem sido resolvidas. Por exemplo: o Restaurante das Portas do Sol, o Café Central, o Teatro Sá da Bandeira, ou o Teatro Rosa Damasceno. -----

--- Pessoalmente, assinalo, porque deixei as propostas prontas: o Parque subterrâneo da Avenida Sá da Bandeira, ou o Canil Municipal, problema velho dos dois órgãos municipais, e questão ambiental da maior importância. -----

--- Ou os vários requerimentos e propostas, que apresentei, e não tiveram resposta e/ou andamento consequente. -----

--- Mas não esqueço, como positivo, a estrada de São Domingos, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santarém (onde infelizmente às portas da cidade o esgoto ainda corre a céu aberto) e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanhões/Vale de Figueira, que levou quinze anos a concretizar-se, o Complexo Aquático Municipal, e o salto qualitativo que foi dado no relacionamento com as freguesias (o Gabinete de Apoio Técnico nasceu torto, criou expectativas, que se goraram) a descentralização e os meios para as freguesias foram uma realidade e um passo quase de gigante, no respeito pelas suas competências, autonomia e dignificação). Nesta área, de lamentar como preocupação fundamental, o Plano Director Municipal cuja prometida revisão não avançou, com elevados custos, não só para as freguesias, mas, para o concelho no seu todo. -----

--- Para completar este retrato necessariamente breve do rol das preocupações, que ficam deste mandato, algumas notas finais: -----

--- Se o planeamento, o urbanismo e as questões ambientais, atravessaram todo o

mandato, tal como a ausência do debate que se impunha e foi proposto sobre a política económica, foi neste ano, em particular na sua parte final, que se fez obra, se o ritmo foi esse, regular ao longo de todo o mandato, outro galo cantaria.-----

--- Por fim, vou passar aos agradecimentos.-----

--- Ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores, cujo conhecimento me enriqueceu e constituiu uma autêntica aventura, sobretudo quando estivemos discordantes (e foram muitas vezes), mais do que quando estivemos de acordo, ou quando ouvi da vossa parte elogios e louvores. Na discordância, e no respeito pelas ideias e posições adversárias é que reside a compreensão da verdadeira dimensão humana. -----

--- Aprendi, e tenho pena de partir, porque, agora, sinto-me mais apetrechado e preparado para servir melhor o concelho de Santarém.-----

--- Bem hajam, agradeço a vossa solidariedade, que retribuí ao longo destes quatro anos de gestão da Câmara Municipal.-----

--- Depois de vos ouvir, e por todas as razões e contributos avançados, sou cada vez mais adepto dos executivos pluripartidários, que continuarei a defender, por melhor representarem a vontade das populações, e assim mais condições haver para defender os seus interesses e construir o seu futuro desenvolvido e harmonioso.-----

--- Constatei que, ao fim de eu aqui ter, há muitos meses, afirmado que era com o senhor Vereador Hermínio Martinho com quem vinha a manifestar mais divergências ideológicas e políticas, e o senhor Vereador se ter mostrado surpreendido, quase magoado, acabar o mandato a assumir essa clivagem, concordando comigo. Aliás a razão é muito simples, entre mim e o senhor Vereador Hermínio Martinho há duas formas opostas, diferentes, de fazer política.-----

--- Aos técnicos e funcionários da autarquia e dos serviços municipalizados (tão esquecidos nesta última sessão) e aos Bombeiros Municipais, que funcionários também são, o meu obrigado reconhecido e sentido.-----

--- Foi por todos excepcionalmente bem tratado, confesso que me senti um privilegiado pela primeira vez na vida. O relacionamento com todos, de que não tenho a mínima

razão de queixa, foi exemplar, simples, respeitador, e levo-o como grata recordação. ----

--- Mentiria se não dissesse que corriji alguns juízos de valer e de apreciação e leitura do modo de funcionamento da Câmara e dos seus funcionários.-----

--- À Comunicação Social, cujo papel é difícil, complexo, eu talvez seja mais exigente, porque sou aparentado ou da família. A sua missão de ser o eco, o amplificador para a opinião pública do que nestas reuniões se passa, é de uma enorme responsabilidade, que nem sempre me agradou, sobretudo pela omissão, mas calei-me, nunca falei, e tentei compreender, aceitar, respeitar. -----

--- Quando a Câmara está aqui reunida, a vida corre lá fora, e o que ninguém vos pode exigir ou pedir, é que transmitam a vida que não existe cá dentro, nas discussões, nas deliberações. -----

--- É este o melhor elogio, que posso fazer aos representantes da Comunicação Social, que nos acompanharam.-----

--- Aos novos autarcas eleitos, nos diversos órgãos municipais, especialmente aos eleitos da Câmara Municipal, o Governo do Concelho, saudando-os, desejo-lhes muito sinceramente os melhores êxitos na vossa difícil missão, convicto de que farão melhor do que nós, pois o futuro pertence sempre aos que vêm a seguir, é esse o seu tempo, essa a sua oportunidade. -----

--- Parabéns pela distinção que o eleitorado vos confiou, confio também nos que vêm a seguir, felicidades para o vosso trabalho em prol do nosso concelho de Santarém. -----

--- A todos sem excepção, tudo de bom, aos mais diversos níveis. -----

--- Muito obrigado, e até sempre.” -----

--- O **senhor Presidente** interveio novamente agradecendo o esforço de todos – autarcas, funcionários, comunicação social e populações – para o desenvolvimento do município a que presidiu desde dezasseis de Abril de mil novecentos e noventa e dois, destacando os pontos altos de cada mandato, pelouro a pelouro, sem omitir as contrariedades que estiveram na origem dos aspectos menos conseguidos. Concluiu que o exame dos mandatos é feito pelo povo e o carácter da sua sentença soberano.

Agradeceu às populações do concelho as duas maiorias absolutas consecutivas para liderar Santarém, facto inédito até mil novecentos e noventa e três.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram dezanove horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi. _____

-----**O PRESIDENTE**-----

--- _____

-----**OS VEREADORES**-----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA N° 01/02
Reunião de 03 de Janeiro de 2002
